dos inválidos pela junta médica do Ministério do Comércio e Comunicações e transferidos para o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, a fim de se ocorrer ao pagamento das pensões aos referidos mestres e operários nos meses de Maio e Junho do corrente ano.

Os Ministros das Finanças e do Comércio e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 7 de Junho de 1927.—
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*João José Sinel de Cordes*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição

Decreto n.º 13:737

Atendendo aos benefícios que, para facilitado do trabalho das classes operárias pobres da cidade de Braga, resultam do estabelecimento de caridade e beneficência legalmente constituído existente naquela cidade e denominado Creche de Braga; e

Considerando que já por lei especial de 4 de Maio de 1896 foi dispensada a Oficina de S. José de Braga do pagamento da contribuição de registo por título oneroso pela aquisição de uma casa para nela se estabelecer, e por lei especial de 21 de Julho de 1899, e, para o mesmo fim da sua instalação, foi à Creche de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia concedida isenção do pagamento daquela contribuição;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Creche de Braga, estabelecimento de caridade e beneficência legalmente constituído existente na cidade de Braga, é dispensada do pagamento da contribuição de registo por título oneroso relativa à compra que pretende fazer à Câmara Municipal da mesma cidade de Braga do prédio situado na Rua dos Congregados (Congosta da Palha), que fazia parte dos bens nacionais na posse do Ministério da Guerra e que por este Ministério, em tempo e de harmonia com os decretos n.º 1:057, de 18 de Novembro de 1914, o n.º 3:834 o 4:490, respectivamente de 12 de Fevereiro e 12 de Junho de 1918, foi vendido à mesma Câmara.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Junho de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

Em cumprimento da disposição 4.ª do decreto n.º 9:614, de 24 de Abril de 1924, se declara, segundo parecer do

Conselho Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, que as pensões anuais a pagar pelos pais dos alunos dos diferentes grupos de todos os estabelecimentos da Obra Tutelar e Social, desde 1 de Outubro próximo, continuam a ser as que se acham estabelecidas para os alunos actualmente internados, devendo continuar a ser igualmente mantidas para os alunos da classe militar a admitir no próximo concurso.

Quanto aos alunos da classe civil a admitir, devem pagar as seguintes pensões anuais:

a) No Colégio Militar 7.200\$00
b) No Instituto Profissional dos Pupilos do Exército:

Curso primário e oficinas 2.400\$00
Restantes cursos. 3.600\$00

c) No Instituto Feminino de Educação o Trabalho:

Curso primário o oficinas 1.800\$00
Curso do liceu 3 000\$00
Restantes cursos. 2.400\$00

Mais se declara:

1.º Que a importância a pagar pelos militares para auxílio de alimentação nos 3.º, 4.º e 5.º grupos, em todos os referidos estabelecimentos, passa a ser de 6 por cento da melhoria, e no 2.º grupo de metade dessa importância;

2.º Que os alunos da classe civil continuam pagando a verba que pagam actualmente para a alimentação;

3.º Que não devem pagar auxílio para alimentação:

a) Os órfãos de pai militar de qualquer grupo, quando não tiverem rendimentos além de qualquer pensão;

b) Os alunos que não permanecerem nos estabelecimentos durante as férias grandes;

c) Os alunos que, por motivo de doença comprovada, estiverem ausentes dos estabelecimentos por mais de trinta dias;

d) Os alunos que forem entregues à família por não poderem continuar no estabelecimento até o ano lectivo seguinte.

4.º Que a importância para auxílio de alimentação a pagar pelos militares em caso algum será superior à que deve ser satisfeita pelos civis;

5.º Que a importância de auxílio para alimentação continua a ser exclusivamente destinada aos respectivos estabelecimentos.

Ministério da Guerra, 1.ª Direcção Geral, 2.ª Repartição, Lisboa, 6 de Junho de 1927.—O Chefe da Repartição, *Jorge Augusto Rodrigues*, tenente-coronel.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Decreto n.º 13:738

Considerando o exposto no n.º 4.º do artigo 57.º do regulamento geral das capitánias de 1 de Dezembro de 1892;

Considerando a necessidade de ser actualizada a doutrina do artigo 75.º desse regulamento;

Considerando também o artigo 3.º do decreto n.º 12:383,

de 27 de Setembro de 1926, e mais especialmente o n.º 9.º dêsse mesmo artigo;

Considerando finalmente a vantagem das escalas de imersão serem marcadas em metros e pés ingleses, visto essas unidades existirem nas cartas em uso na navegação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São aprovadas as anexas alterações ao regulamento geral das capitánias de 1 de Dezembro de 1892, relativas às inscrições a fazer nas embarcações.

§ 1.º Essas alterações são assinadas pelo Ministro da Marinha.

§ 2.º Todas as embarcações abrangidas pelo presente decreto, antes do seu registo na capitania, devem ter marcadas as inscrições descritas nas prescrições regulamentares.

§ 3.º As alterações resultantes das normas regulamentares anexas devem ser observadas pelos proprietários das actuais embarcações logo que estas oncalhem em sêco, depois da publicação dêsse decreto.

§ 4.º No dia 1 de Julho de 1929 todas as embarcações nacionais, sob a alçada dêsse decreto, devem já ter as suas inscrições feitas de acôrdo com as novas regras.

Art. 2.º As prescrições regulamentares anexas ao presente decreto não se aplicam:

a) Às embarcações empregadas exclusivamente na pesca e não providas de passaporte;

b) Às embarcações do tráfego local;

c) Às de pequena cabotagem de tonelagem bruta inferior a 20 toneladas;

d) Às de recreio;

e) Às embarcações empregadas em estudos de flora e de fauna marítima;

f) Às embarcações dos pilotos;

g) Às embarcações ao serviço de repartições do Estado, quando não sejam destinadas ao transporte de carga ou de passageiros;

h) Às embarcações ou navios isentos pelo Ministério da Marinha.

Art. 3.º Se as escalas de calados não estão devidamente marcadas numa dada embarcação, podendo originar erros, o respectivo proprietário incorre numa pena de multa não superior a 1.000\$.

Art. 4.º Se o proprietário, ou o capitão, descuidar a sua embarcação marcada conforme o disposto nas prescrições regulamentares, anexas ao presente decreto, e mantê-la assim marcada, ou se qualquer pessoa encobre, altera ou apaga, ou acoita que outrem ao seu serviço encubra, altere ou apague, uma qualquer das marcas mencionadas nessas mesmas prescrições, o proprietário, o capitão ou essa pessoa incorrem, por cada facto dessa natureza, numa pena de multa não superior a 1.000\$ e a embarcação será retida até que desapareçam as insuficiências ou incorrecções nas suas inscrições.

§ 1.º Para os efeitos dêsse diploma, a designação proprietária abrange o proprietário ou armador da embarcação.

§ 2.º Chama-se capitão, para os efeitos dêsse decreto, o capitão ou mestre de uma dada embarcação.

§ 3.º Não são abrangidos por êste artigo:

a) Os que alterem as marcas de uma embarcação para escapar ao inimigo, ou por outros motivos de força maior, devidamente comprovados perante a capitania do porto;

b) Os que alterem as marcas de uma dada embarcação em consequência de trabalhos na estrutura que obriquem, de facto, a essas modificações.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 7 de Junho de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Adriano da Costa Macedo — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Jaime Afreixo — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Júlio César de Carvalho Teixeira — João Belo — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Alterações ao regulamento geral das capitánias,
de 1 de Dezembro de 1892, relativas às inscrições a fazer
nas embarcações

Artigo 1.º Todas as embarcações, antes do registo na capitania, devem ter marcado de modo permanente e bem visível o seguinte:

a) O seu nome escrito no costado à proa, junto à borda e de cada lado;

b) O seu nome e o porto do registo à pôpa;

c) O seu número oficial e a tonelagem bruta e líquida no vau mestro;

d) A escala de calados a estibordo na roda e a bombordo no cadaste do leme, graduada em decímetros, fazendo-se a marcação com números pares de altura igual a um decímetro;

e) A escala de calados a bombordo na roda e a estibordo no cadaste do leme, graduada em pés, fazendo-se a marcação com números romanos de altura igual a seis polegadas.

§ 1.º Nos casos de novos registos, os nomes das embarcações de mais de 10 toneladas brutas de arqueação devem ser aprovados pela Direcção da Marinha Mercante; os das restantes embarcações devem ser aprovados pelas respectivas capitánias.

§ 2.º O critério geral da escolha de novos nomes obedecerá à necessidade de se evitar a sua repetição; não se permitirá também do futuro, nos novos registos, o uso de algarismos e por isso as designações, com números, passarão a ser feitas por extenso.

§ 3.º As letras das palavras mencionadas nas alíneas a) e b) devem ter uma altura não inferior a um decímetro e uma largura proporcionada.

§ 4.º As letras e números devem ser pintados com uma cor contrastando com a do fundo onde sejam escritos.

§ 5.º Os números serão marcados a punção no caso das embarcações de ferro ou aço, e serão entalhados no caso das embarcações de madeira.

§ 6.º Quando as escalas dos calados atinjam superficies curvas, deve a sua marcação ser feita pelo transporte da gradação correspondente feita numa régua vertical.

§ 7.º O zero das escalas de calados deve corresponder à parte inferior da quilha, suposta prolongada por uma linha recta.

§ 8.º Os números das escalas de calados devem ser marcados de forma que a parte inferior de cada número corresponda à imersão que êsse indica.

Art. 2.º As comissões das vistorias do registo deverão declarar nos autos respectivos que verificaram as inscrições nas embarcações, conforme as indicações constantes do artigo 1.º

Art. 3.º Por ocasião das vistorias em doca, ou das vistorias em sêco, às actuais embarcações deverão os

peritos verificar se foram observadas as novas regras relativas às inscrições, descritas no artigo 1.º

§ único. Até o dia 1 de Julho de 1929 devem todas as embarcações abrangidas pelo decreto que aprova estas prescrições regulamentares satisfazer ao disposto no artigo 1.º

Paços do Governo da República, 7 de Junho de 1927.—
O Ministro da Marinha, *Jaime Afreixo*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 13:739

Sendo indispensável decretar um novo diploma para os alunos que terminem o curso das Faculdades de Medicina das três Universidades da República, em vista do disposto no artigo 119.º do estatuto universitário de 2 de Outubro de 1926;

Considerando que ao aluno que conclui um curso geral em qualquer Faculdade é conferido o grau de licenciado, como determina o artigo 96.º do referido estatuto;

Atendendo à conveniência de que o diploma de licenciado em medicina e cirurgia, além de conferir aquele grau académico, tenha um valor de um diploma de Estado para o exercício da respectiva profissão;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar que seja aprovado o modelo do diploma de licenciado em medicina e cirurgia, pelas três Universidades da República Portuguesa, que faz parte integrante deste decreto e vai assinado pelo Ministro da Instrução Pública.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Alfredo Mendes de Magalhães*.

(Modelo da Carta de Formatura [Licenciado]
em Medicina e Cirurgia)

R. (Emblema da respectiva Universidade) P.

FERDINANDVS EDVARDVS SILVA DE ALMEIDA RIBEIRO, Doctoris dignitate atque gradu ab Vniuersitate Patauina honoris causa decoratus, in Coimbrigensi¹ Vniuersitate et Medicinae Facultatis Doctor ac Professor Cathedraeticus, et Instituti Medicinae Legalis Moderator, ipsiusque Vniuersitatis Rector:

PALAM testamur certioresque facimus omnes et singulos hasce Litteras inspecturos, quod cl. uir ALFONSVS DE OLIVEIRA GVIMARAES, IOSEPHI IOACHIMI DE OLIVEIRA GVIMARÆS filius, in urbe Bracaragustana natus, Licentiae Gradum in Praeclara Medicinae et Chirurgiae Facultate laudabiliter et honorifice² adeptus est, cursibus suis de more peractis, et publica probatione praemissa, in qua idoneus Praeceptorum suffragio iudicatus est. Itaque ergo haec alma Coimbrigensis³ Academia ipsum *Licentiae Gradum in Medicinae et Chirurgiae Facultate* decorauit die xiv. mensis Decembris anno M. DCCCC. XXV, ideoque medicam artem exercere licite uauet. Cuius rei, in «Libro Actuum et Graduum» foi. lxxix. adnotatae, testimonium publice perhibentes, has Litteras a Nobis signatas, appenso magno Academia sigillo praedicto bene merenti Licentiato dedimus Coimbrigae⁴ die uicesima sexta Nouembris anno millesimo nongentesimo uicesimo sexto. Et ego, *Emmanuel da Silva Gaio, Vniuersitatis a secretis, subscripsi.*

Dr. Ferdinandus Eduardus Silva de Almeida Ribeiro

Vniuersitatis Rector.

Dr. Iosephus Albertus dos Reis.

Vniuersitatis Procaecellarius.

(Lugar do selo pendente *)

OBSERVAÇÕES

- ¹ Ou Olisiponensi (se a carta fór passada pela Universidade de Lisboa); ou Portucalensi (se a carta fór passada pela Universidade do Porto).
- ² As palavras laudabiliter et honorifice omittem-se, quando o Licenciado haja obtido apenas a classificação de Sufficiente.
- ³ Ou Olisiponensis; ou Portucalensis.
- ⁴ Ou Olisipona; ou Portucala.
- ⁵ O selo da Universidade, impresso em cera vermelha, é resguardado em caixa de prata e pende do pergaminho por larga fita de seda da cor tradicionalmente attribuida á Faculdade de Medicina, que é o amarelo.

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1927.—O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.